

RURAL
A Evolução
do Banco

Negócios

& FINANÇAS

SEMPRE

Saúde total para seus empregados sem comprometer a saúde de sua empresa.

SAÚDE PARA EMPRESAS-221-8414

Com: Brasil

49

Desindexação oferece alguns riscos

■ Economistas concordam com proposta mas acham que não é suficiente para derrubar a inflação, podendo provocar problemas

CRISTINA ALVES

A desindexação que a equipe econômica vai propor ao presidente eleito Fernando Henrique Cardoso é uma medida indispensável para a estabilização, garantem os economistas. Apesar disso, a medida oferece riscos e, isoladamente, não é suficiente para derrubar a inflação. Na proposta da equipe está incluída o fim do IPC-r, que reajusta o salário, da Ufir e da TR.

“O principal objetivo da medida é cortar a memória da inflação passada”, diz o professor Carlos Ivan Simonsen Leal, diretor da Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas. Apesar de elogiar a proposta, Simonsen Leal alerta para o fato de que é indispensável ao governo anunciar também medidas de ajuste fiscal e de controle da moeda.

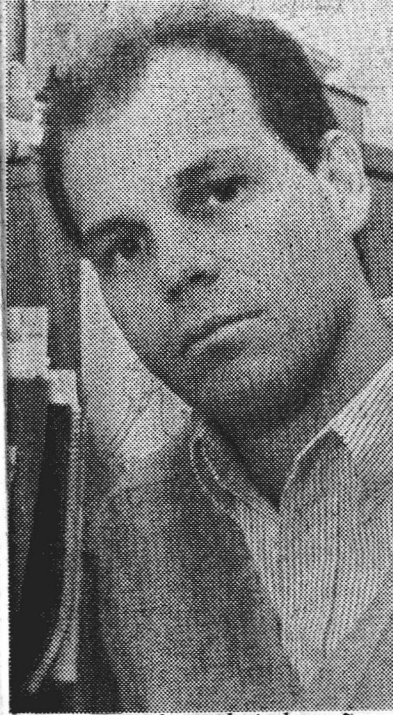
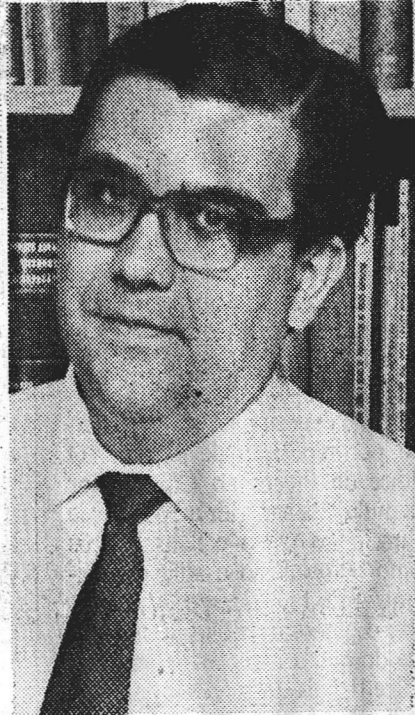
O diretor da EPGE alerta também que, com o fim da indexação, há o perigo de o câmbio se tornar referência para contratos e preços. “Se hoje o dólar está a R\$ 0,83 e depois passar para R\$ 0,93, por exemplo, provavelmente haverá uma demanda por esta correção”, diz o professor da FGV. Simonsen Leal diz ainda que para contratos de longo prazo, provavelmente com prazo superior a um ano, o governo deverá permitir a utilização de algum índice de correção.

O economista José Guilherme Almeida dos Reis, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), diz que “desindexar é fundamental para a estabilização definitiva”.

Luiz Paulo Lima — 05/02/93

Oiticica — 17/08/94

Adriana Lorete — 19/08/94



Apesar da ameaça de greve geral de Vicentinho (E), Simonsen Leal (C) e Amadeo apóiam desindexação

mas ele acrescenta que o ideal era que a medida só fosse tomada num cenário de inflação mais baixa, de preferência ao redor de 1% ao mês.

José Guilherme fez algumas contas e chegou à conclusão de que, se o governo antecipasse para janeiro o pagamento das reposições salariais pelo IPC-r das categorias profissionais com data-base de janeiro a junho, haveria um impacto da ordem de 10% na massa de salários. “Este é só o impacto, porque os trabalhadores deverão ter reajustes na casa dos 22%.”

Os economistas lembram que há

duas maneiras de se fazer a desindexação, principalmente no que diz respeito aos salários. A primeira delas seria antecipar todos os reajustes para janeiro. A outra alternativa seria escalonar o pagamento do IPC-r devido entre julho e dezembro deste ano (em torno de 22%). Neste último caso, o governo só autorizaria o pagamento na respectiva data-base, entre janeiro e junho de 1995. Fora isso, a inflação registrada a partir de janeiro deveria ser livremente negociada entre assalariados e empresários. Pela lei hoje,

a inflação do Real até a data-base seria reposta.

O economista da CNI acrescenta também que há ainda o risco de crescer a indexação informal na economia. Já o professor Edward Amadeo, da PUC-Rio, acredita que o governo vai propor antecipar todos os reajustes salariais para janeiro. A vantagem da medida, segundo ele, é que o governo elimina a correção a partir de janeiro. “Só que o perigo aí é criar uma bolha de inflação em janeiro e, a partir daí, haver uma mudança nas expectativas de inflação”, diz Amadeo.